



O Fazendeiro do Brasil: livros técnicos científicos, política ilustrada e a exploração econômica do espaço colonial português, em finais do século XVIII.

DANNYLO DE AZEVEDO*

Num universo onde o conhecimento é uma construção coletiva, o historiador, de quando em quando, retorna para objetos anteriormente abordados movido pela esperança de devastar seu aparente estado de tema esgotado. Há sempre algo mais a dizer. Assim, cada retomada encerra em si um movimento de realtiva força renovadora, capaz de abrir novos horizontes, de adensar nossa percepção sobre a atmosfera de outras épocas. Tal experiência ou exercício talvez seja possível, sobretudo, graças à diversidade de proporções que constitui a natureza da matéria sobre a qual o historiador insiste em se debruçar, qual seja, o homem em seu tempo. Nestes termos, o persistente esforço de estabelecer pontos de ligação, isto é, em tecer relações entre as diversas esferas que marcam e, até certo ponto, determinam a sorte da existência humana, torna-se imprescindível. No presente texto apresentamos de forma sucinta os objetivos, bem como algumas questões, que animam nossa pesquisa de mestrado, em andamento, sobre a obra *O Fazendeiro do Brasil*. Coleção de livros publicada em Lisboa, Portugal, entre 1798 e 1806, e de autoria do frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Nossa intenção é a de propor uma análise que privilegie os aspectos político-econômicos que concorreram para sua publicação.

Em 1798, foi publicado em Lisboa, pela Régia Oficina Tipográfica, o volume inaugural da coleção, cujo tema era o açúcar. No prefácio que escreveu para o livro, frei Mariano Veloso, de saída, apresenta ao leitor as intenções que envolviam a sua mais recente publicação.

Senhor.

Venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e tresladar ao Portuguez todas as Memorias Estrangeiras, que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das Fabricas, que della dependem, pelas quaes ajudados, houvessem de sair do atrazo, e atonia, em que actualmente estão, e se pozessem ao nível, com os das Nações nossas vizinhas, e ricas no mesmo Continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros e produções. (Veloso, 1798: sem paginação)

* Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Título da pesquisa: *O Fazendeiro do Brasil: Páginas de um pensamento diretivo no renovado Sistema Colonial do Atlântico português do século XVIII*. Orientadores: Prof. Dr. Dante Luiz Martins Teixeira; e Prof. Dr. Rodrigo M. Ricupero. Agradecemos à CAPES o apoio financeiro concedido para nossa pesquisa.

O autor, tendo por interlocutor o príncipe D. João – futuro D. João VI –, aponta como objetivo básico da obra: oferecer aos fazendeiros brasileiros os meios necessários para o aprimoramento técnico de sua produção. O que seria realizado através da divulgação de conhecimentos úteis contidos em memórias estrangeiras, compiladas e traduzidas, principalmente, de publicações de sociedades agrícolas e academias científicas europeias. A referência feita ao príncipe é um fato que se repete em todos os volumes da coleção. Todavia, mais do que a sua recorrência, é importante atentar para a forma como ela geralmente aparece. Repetidamente o autor “presta conta do trabalho” de publicação dos livros para aquele que, segundo ele, lhe incumbiu à tarefa: D. João. A reiteração de tal referência serve para, ao mesmo tempo, coroar e rematar o envolvimento do Estado nas publicações.

Com efeito, os trabalhos do frei não despertaram a atenção do Estado em 1798, mas sim num contexto um pouco mais recuado no tempo. De início, foram aproveitados no ambiente ilustrado do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII. Natural da capitania de Minas gerais, José Veloso Xavier, mais conhecido pela posteridade como frei Mariano Veloso, se dedicava, desde janeiro de 1786, ao ensino de história natural no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Pouco se sabe com precisão quais foram as influências intelectuais concretas que o encaminharam para este campo de atuação. Vale lembrar que, por exemplo, ao contrário do que se passou com boa parte da elite intelectual do Brasil de sua época, ele não frequentou nenhuma instituição de ensino europeia, o que dificulta o estabelecimento de uma filiação intelectual precisa. Talvez por isso, as narrativas dedicadas a sua biografia insistam em enfatizar traços característicos de um esforço quase que autodidata para a sua formação. Na tentativa de contextualizar esse processo, os historiadores Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola destacam dois fatores que provavelmente colaboraram para a formação intelectual do frei. De um lado, destacam as possíveis contribuições de sua formação doutrinal franciscana, na época profundamente influenciada pelo *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*. De autoria do provincial frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814) e publicado em Lisboa pela Régia Oficina Tipográfica, no ano de 1769. O plano chamava a atenção, mesmo que timidamente, para a pertinência dos estudos físico-matemáticos e filosófico-naturais. Disciplinas que possivelmente teriam oferecido à formação intelectual do frei os primeiros traços de sua cientificidade. Outro fator destacado pelos autores é o ambiente ilustrado da capitania do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, cuja principal

contribuição se resumiria no estímulo para o desenvolvimento e aplicação de tais conhecimentos (BRIGOLA; NUNES, 1999: 51-75).

A valorização da ciência foi um aspecto marcante da repercussão da Ilustração no Brasil, como demonstra o trabalho da historiadora Maria Odila (DIAS, 2005: 41). Ao analisar as primeiras tentativas de adaptação da cultura ilustrada europeia à realidade do Brasil setecentista, a autora aponta para a profunda inclinação da elite intelectual luso-brasileira aos estudos científicos. Entre os estudantes de então – indivíduos que engrossariam o contingente de estadistas luso-brasileiros da virada do século XVIII para o XIX – adquiriu força a vertente do pensamento ilustrado que era diretamente filiada a Voltaire e aos enciclopedistas franceses, que, grosso modo, mostrava-se intensamente esperançosa quanto ao valor do conhecimento científico na busca por uma sociedade melhor. Diderot, por exemplo, defendia que um dos primeiros passos para a reforma da sociedade seria o incremento das ciências naturais, da química, da anatomia e da física experimental. Inspirados por concepções como essa e preocupados com os problemas de sua terra, os ilustrados luso-brasileiros concebiam a ciência como um dos principais meios para viabilizar o aperfeiçoamento da realidade que os cercava.

O governo do ilustrado D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1740-1807), vice-rei do Brasil entre 1779 e 1790, é geralmente concebido pela historiografia como uma das mais claras expressões dessa valorização do conhecimento científico no Brasil colonial (LOPES, 2009: 25-42). Sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, o vice-rei era um verdadeiro entusiasta da ciência, sobretudo da história natural. Inclinação pessoal que, além de alimentar as coleções naturais de seu gabinete particular, se manifestou também em algumas medidas de seu governo. O próprio D. Luís de Vasconcelos e Sousa teria emitido as ordens de liberação do frei Mariano Veloso das regras conventuais, expedidas ao então provincial frei José dos Anjos Passos, para que ele pudesse se dedicar a excursões pelo interior da capitania do Rio de Janeiro. Além disso, as constantes missivas trocadas entre o vice-rei e representantes de instituições como a Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda sugerem a intensa atividade de coleta e envio de espécimes exóticos para Portugal. Em uma correspondência de 17 de junho de 1783, por exemplo, cujo interlocutor era o então secretário de estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro (1716-1795), ele esclarece as circunstâncias dos trabalhos feitos na colônia. Na ocasião, apresenta frei Mariano Veloso

como o grande responsável pelo envio de plantas para a metrópole, além de elogiar a sua capacidade de descrição e desenho.¹

Os incentivos do governo de D. Luís de Vasconcelos e Sousa aos trabalhos do frei Mariano Veloso foram feitos no momento em que crescia a valorização da prática do naturalista enquanto um meio para se promover o desenvolvimento da vida material da sociedade. O que na realidade já acontecia há algum tempo. Para a historiadora Cláudia Beatriz Heynemann, o naturalismo “encontra um lugar relevante no programa reformista pombalino, quando a reforma das instituições e o pacto colonial reafirmado promovem a sua valorização em academias, jardins, gabinetes, expedições.” (HEYNEMANN, 2010: 106). O que certamente se refletiu na prática das denominadas viagens filosóficas. Ronald Raminelli explica a função estratégica que elas assumiram no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o ilustre marquês de Pombal, da seguinte forma:

A viagem era a ponta de lança da realização de reformas na economia, iniciada ao tempo do marquês de Pombal. Suas intervenções buscavam, ao mesmo tempo, criar vínculos de dependência entre as economias metropolitana e colonial, além de descobrir minas, diversificar a agricultura e as matérias-primas destinadas ao mercado lusitano e, por fim, consolidar a posse de terras americanas em disputa com a Espanha, ou conter os avanços britânicos no interior da África. (RAMINELLI, 2008: 101)

A produção intelectual resultante das atividades desenvolvidas nas viagens filosóficas passou a contribuir para a implementação de medidas político-econômicas. Além de alimentar a curiosidade, o inventário da natureza colonial passou a ser concebido também como a oportunidade de se produzir uma descrição econômica dos recursos naturais do vasto império português. Uma apropriação utilitarista do conhecimento científico que se intensificou ao longo da segunda metade do século XVIII em Portugal. Um bom exemplo dessa tendência pode ser visto nas reflexões de Domingos Vandelli (1735-1816), naturalista paduano que residia em Portugal desde o período pombalino. A ele coube, entre outros trabalhos, a orientação de uma parte das viagens filosóficas feitas pelo império português e a montagem do Jardim Botânico da Ajuda. Para Vandelli, os benefícios econômicos do incentivo das atividades da história natural – área que abrange a mineralogia, a botânica e a zoologia – eram múltiplos, especialmente para a agricultura:

¹ Carta de Luís de Vasconcelos, vice-rei do Brasil, a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. 17 de junho de 1783. Correspondência com a Corte, ativa e passiva. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos. Códices 4, 4, 4, nº 16. Cit. in. CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Notícia histórica da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976, p. 17.

A ciência da Agricultura consiste principalmente no conhecimento dos vegetais, da sua natureza, e do clima, e terreno em que nascem; na causa da fertilidade da terra, na influência do ar sobre os vegetais, e nas regras práticas necessárias para a boa cultura.

*O primeiro conhecimento adquiri-se com o estudo da Botânica, o segundo com experiências, e reflexões físicas, o terceiro e quarto com um Jardim Botânico, no qual é necessário cultivar os vegetais de todos os climas e terrenos.*²

Em 1790, frei Mariano Veloso, a convite do então vice-rei cessante D. Luís de Vasconcelos e Sousa, desembarcou em Portugal. O objetivo que o animava era a publicação do livro *Flora Fluminensis*, que apresentava os resultados de quase uma década de catalogação de espécimes feita ao longo de suas viagens filosóficas pelo interior do Rio de Janeiro e parte de São Paulo. Naturalista que era, seus primeiros anos em Lisboa foram dedicados ao Real Museu de História Natural da Ajuda, onde desenvolveu trabalhos concernentes à classificação e estudos de espécies. Em 1 de abril de 1791, tornou-se membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Envolveu-se também num projeto em parceria com Domingos Vandelli cujo objetivo era a produção de um inventário ictiológico – a ictiologia é a parte da zoologia que trata dos peixes – do reino e suas colônias. Porém, em 13 de janeiro de 1798, acabou sendo excluído da academia, por motivos pouco esclarecidos.³

Ao que parece, a não publicação da *Florae Fluminensis*⁴ não foi um acontecimento suficientemente frustrante para abalar frei Mariano Veloso ou comprometer decisivamente as atividades que passou a desenvolver em Portugal. Entre 1796 e 1798, ele passou a se dedicar também à divulgação de novidades técnicas relativas à agricultura. Nessa atividade, frei Mariano Veloso assumia as prerrogativas de compilador, tradutor e coordenador na publicação de livros. Em 1797, por exemplo, publicou o *Método de Cultivar o Tabaco na Virgínia*, uma tradução do inglês impressa na tipografia de João Antônio da Silva. De fato, era com essas funções que, grosso modo, se apresentava nos principais prelos particulares de Lisboa para promover a impressão de livros. Assim, estabeleceu uma rede de comunicação

² Domingos Vandelli. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultura das charnecas*, 1770. Publicado por SERRÃO, José Vicente (Dir.). *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças. 1770-1804*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, p. 3.

³ Por muito tempo, a figura do frei Mariano Veloso foi tratada com pompas de um herói nacional, gênio e ainda assim vítima da arrogância do ex-colonizador. Tratamento que ainda prejudica o estabelecimento de interpretações mais equilibradas sobre diversos pontos da biografia do frei. Cf. GAMA, José de Saldanha. *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Velloso*. RIHGB. t. XXXI, parte 2ª, 1868, pp. 137-305.

⁴ Esse livro é uma obra póstuma, resgatada e publicada após a independência do Brasil. Em 1825, com o patrocínio do governo imperial brasileiro, foi publicada grande parte de seu texto latino na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro. Entre 1827 e 1831, o mesmo fez imprimir em Paris onze volumes *in folio* com as gravuras (1640 estampas).

com algumas tipografias – Antônio Rodrigues Galhardo, impressor da casa do Infantado; Procópio Ferreira da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal; e a oficina Simão Thaddeo Ferreira – capaz de promover a publicação simultânea de vários títulos.

Suas qualidades de editor não passaram despercebidas, sendo rapidamente aproveitadas pelo ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), então secretário de estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Segundo a pesquisadora Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, desde 1797, por ordem do Príncipe D. João e sob a orientação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, frei Mariano Veloso se dedicava a “algo de maior vulto” (LEME, 1999: 78). Dava início a um amplo esforço de tradução e compilação de várias obras para a divulgação de técnicas agrícolas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. Nesse trabalho provavelmente ganhava forma a obra *O Fazendeiro do Brazil*.

Os livros técnico-científicos materializavam o desejo das autoridades coloniais de oferecer aos fazendeiros brasileiros os meios necessários para o aprimoramento técnico e diversificação de sua produção, através da divulgação de conhecimentos úteis, práticos. Suas páginas apresentavam aos leitores uma linguagem acessível conciliada ao recurso de imagens que serviam para ilustrar os conteúdos que o texto apresentava; tudo de acordo com a sua função pedagógica. Nos onze volumes da coleção do *Fazendeiro do Brazil*, organizados em cinco tomos, foram abordados temas referentes à cana-de-açúcar, à pecuária, ao índigo (o mesmo que anil, substância corante de azul, extraída das folhas da anileira), ao urucu ou urucum (árvore de cuja semente se produz corantes vermelhos ou amarelos), ao cateiro (variedade de planta com espinhos), à cochonilha (variedade de inseto que habita o cateiro e do qual se extrai um corante carmim), ao café, ao cacau, ao girofeiro (do francês *girofle* ou *clou de girofle*, cravo-da-índia), à moscadeira (árvore cujo fruto é a moscada ou noz-moscada) e ao algodão.

A interação entre objetivos econômicos e científicos foi revigorada no interior do movimento genericamente intitulado como reformismo ilustrado. Na virada do século XVIII para o XIX, em meio à crise do Antigo Sistema Colonial, o poder metropolitano se esforçava na adoção de outras estratégias para revigorar a exploração de suas colônias, principalmente o Brasil. Na formulação de projetos político-econômicos voltados para o espaço colonial, a agricultura despontou como uma área privilegiada para a reflexão de estadistas e intelectuais luso-brasileiros. As reflexões de D. Rodrigo de Sousa Coutinho representam um momento crucial para esse esforço coletivo e heterogêneo de planejamento. Em sua famosa *Memória*

sobre o melhoramento dos domínios de sua majestade na América, datado de 1797 ou 1798, o secretário defendeu o seguinte:

*Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as sua minas de ouro, diamantes, etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as culturas já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho-cânhamo, as carnes salgadas, etc., e as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore do pão, etc., lhe prometem com a extensão da sua navegação muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufacturas e artes, que muito mais em conta por uma política bem entendida podem tirar da metrópole.*⁵

Nesse documento, o secretário de estado resumiu em poucas palavras os principais eixos que norteavam a ação de sua política econômica relativa ao Brasil. Na sua concepção, a cada parte do império caberia uma função, ao mesmo tempo, distinta e complementar. Ao Brasil competia aperfeiçoar a exploração de seus recursos naturais, assim como aprimorar e diversificar sua agricultura. Já os produtos manufaturados de que necessitava, deveria buscar na metrópole.

Efetivamente, fortes indícios apontam para uma relação estreita entre as orientações político-econômicas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a publicação de livros técnicos úteis ao agricultor brasileiro. No que concerne à publicação dos livros do *Fazendeiro do Brasil*, a coincidência de temas tratados pela coleção com os ramos agrícolas destacados pelo secretário de estado em sua memória é evidente. Ao todo, seis elementos se repetem – quais sejam, açúcar, cacau, café, índigo, cravo-da-índia e noz-moscada. O que não parece ser fortuito. Na verdade, o fato sugere o papel ativo do secretário, enquanto representante do Estado, na definição dos conteúdos que deveriam ou não ser contemplados.

O próprio desenrolar dos acontecimentos reforça essa ideia. Os desdobramentos dos trabalhos do frei Mariano Veloso o conduziram à direção da Casa Literária do Arco do Cego. Instituição que, entre 1799 e 1801, foi responsável pela publicação de diversos livros técnico-científicos, inclusive da terceira parte do primeiro tomo do *O Fazendeiro do Brasil*, dedicado à pecuária. Ao que parece, a decisão para a criação da tipografia, bem como a escolha da figura do frei para presidir suas atividades, dependeu da vontade política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A pesquisadora Manuela D. Domingos, a partir dos registros econômicos da tipografia, conseguiu esclarecer algumas questões acerca de seu funcionamento. Dentre os

⁵ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua majestade na América*, 1797. A.H.U., Papéis Avulsos, Rio de Janeiro 1797. Publicado por: SILVA, André Mansuy Diniz (Dir.). *Textos políticos, econômicos e financeiros 1783-1811*, Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 47-66.

vários aspectos identificados, o que talvez tenha orientado de forma mais decisiva a natureza desse amplo projeto editorial diz respeito às fontes de seus recursos financeiros. A venda de livros e outros materiais, por si só, não era suficiente para manter suas atividades. Os trabalhos eram mantidos graças aos recursos do Erário Régio, mensalmente disponibilizados por meio da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Além disso, enquanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho esteve à frente da secretaria, a Casa Literária do Arco do Cego não enfrentou dificuldades financeiras (DOMINGOS, 1999: 91-106).

Tanto a experiência histórica das viagens filosóficas pelos rincões dos domínios coloniais portugueses quanto a da publicação de livros técnico-científicos, ambas favorecidas até certo ponto pela Secretaria de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, ao longo da segunda metade do século XVIII, servem como base empírica, entre outras, para atestar o interesse da coroa na formulação de projetos coloniais, bem como o papel decisivo, mas não exclusivo, do cargo de secretário de estado do Ultramar enquanto instância de acumulação de informações e, por isso, de orientação e até mesmo decisão sobre os rumos da política voltada para o império.

Nestes termos, são evidenciadas possíveis limitações no quadro histórico geral formulado por modelos interpretativos que tendem a ressaltar excessivamente a ausência de um poder centralizador na larga experiência histórica do império ultramarino português.⁶ Tais concepções oferecem um quadro excessivamente estático sobre a realidade colonial; ou, em outras palavras, não foi sempre assim. Na verdade, o século XVIII parece ser o limite. Para António Manuel Hespanha, arauto da formulação *Império Polissinodal*,⁷ a partir de meados do setecentos, o império ultramarino português passa a apresentar uma organização de tipo estatal, com a crescente atuação de um centro de decisão política e intervencionista. O marco da passagem de uma monarquia de tipo corporativa para um Estado de feições absolutista seria, na concepção do autor, o período pombalino. Processo histórico que se reflete na formulação de projetos mais definidos e abrangentes para as colônias. Assim, os “vários

⁶ A ausência de um poder centralizador na larga experiência histórica do império ultramarino português é uma concepção defendida, por exemplo, nos seguintes trabalhos: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Edição, 2001; e SUBTIL, José. *Os poderes do Centro. Governo e administração*. In: MATTOSO, José (dir.). *História da Portugal*. 4º Volume. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 141-173.

⁷ Para uma análise crítica do modelo interpretativo proposto por António Manuel Hespanha em seus estudos sobre a realidade colonial Cf. ARRUDA, José Jobson de A. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 351-430.

tópicos usados incidentalmente no discurso colonial para justificar a expansão” teriam predominado, na ausência de “uma estratégia sistemática abrangendo todo o império, pelo menos até meados do século XVIII” (HESPANHA, 2001: 124, 131).

Aqui, vale lembrar que a própria consciência sobre a natureza dos estabelecimentos coloniais possui historicidade e, por isso, passou por um longo processo de inúmeras mudanças, todas concomitantes aos rumos tomados pela exploração colonial. O desenvolvimento do nível de elaboração dos projetos voltados para as colônias, para além das possíveis contribuições do movimento de centralização do poder no império português, foi reforçado, no século XVIII, por um novo ingrediente que revigorou os debates e, de certa forma, acelerou o processo dessa tomada de consciência: a crítica ilustrada. Autores como François Quesnay, fisiocrata francês, em seu *Tableau Économique*, de 1758, e Adam Smith em *Riqueza das Nações*, de 1776, por exemplo, promoveram uma intensa análise sobre as possíveis vantagens econômicas da colonização. O abade Raynal, em sua *Histoire Philosophique et Politique des établissements e du commerce des Européens dans les deux Indes*, de 1770, por sua vez, pôs em questão o próprio direito de colonizar (PEDREIRA, 1992: XI). Vale ressaltar ainda que justamente neste âmbito de debate, qual seja, as questões concernentes ao mundo colonial, as investidas da crítica ilustrada alcançaram, em alguns momentos, sua face mais radical.

Para se compreender de que maneira a racionalidade ilustrada, com seus traços de modernidade, foi utilizada pelas autoridades coloniais luso-brasileiras enquanto instrumento de aprimoramento da exploração econômica do espaço colonial, cumpre destacar dois de seus aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, a Ilustração promoveu a reabilitação do homem enquanto protagonista da realidade que o cerca. O pensamento ilustrado investiu intensamente nas capacidades humanas. Assim, caberia aos indivíduos a tarefa de aperfeiçoar, segundo as suas necessidades, a realidade natural e social que o envolvia. Era a aspiração de construção do paraíso celeste na terra, a qual se referiu Carl Becker (BECKER, 1943). Estavam franqueados os caminhos para a valorização do conhecimento científico enquanto instrumento de melhoramento do mundo real. Como esclarece Maria Odila:

Daí o renascimento científico de meados do século XVIII, principalmente no campo das ciências naturais e mecânicas, a exaltação do sábio e do cientista como o homem prático de ação: caberia a eles construir a felicidade dos homens com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e ao proveito da sociedade. (DIAS, 2005: 40-41)

Em segundo lugar, vale destacar o papel do pensamento ilustrado no processo de paulatina autonomização de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a economia. Ao analisar a forma do pensamento ilustrado, Ernst Cassirer atribuiu sua originalidade especialmente à função desempenhada pela razão (CASSIRER, 2013: 17-53). Para o autor, diferentemente da razão dos pensadores do século XVII, a do XVIII não era concebida como um conjunto de verdades transcendentais, comuns ao espírito humano e divino, mas sim como a energia que fundamenta a aquisição de conhecimentos. Profundamente inspirados pelo espírito analítico da física newtoniana, os ilustrados defendiam que o conhecimento verdadeiro não poderia ser adquirido *a priori*, construído a partir de axiomas. Para eles, os princípios ou a legalidade de um fenômeno são inquiridos no próprio objeto de análise, isto é, a partir da realidade. Daí a importância da observação e da experiência como instrumentos cognitivos. Nesses termos, os ilustrados, no geral, preconizaram uma atitude profundamente crítica diante do que acreditavam pertencer ao mito, à superstição e às crenças religiosas, componentes que, na sua concepção, cerceavam o conhecimento real. Essa forma renovada de se pensar não impactou apenas a ciência. Outros campos da realidade humana poderiam ser submetidos ao paradigma newtoniano de análise, como, por exemplo, a sociedade, o Estado, a política, a economia, entre outros.

Concebida, portanto, a partir de uma ótica renovada, a esfera econômica gradativamente passou a ser encarada enquanto um conjunto de elementos cujo funcionamento dependeria essencialmente de mecanismos internos de regulação e equilíbrio. Em outras palavras, sua legalidade lhe é intrínseca. Por conseguinte, o bom andamento da economia dependeria principalmente do respeito à sua dinâmica interna, o que seria conquistado através de sua autonomia em relação ao universo da moral e da política, por exemplo. Nessas ideias, estão inscritas as concepções básicas que fundamentaram o desenvolvimento, no século XVIII, do liberalismo econômico, de que a escola fisiocrática assim como a obra de Adam Smith constituem os maiores representantes.

Para o historiador José Luís Cardoso, o pensamento econômico português de finais do século XVIII passava por um momento de mudanças significativas. Em instituições como a Academia Real das Ciências de Lisboa, ambiente largamente favorável aos influxos da Ilustração em Portugal, era crescente o sentimento de “antimercantilismo” (CARDOSO, 1989: 68). Este estado de espírito, longe de causar o abandono dos princípios mercantilistas na prática da economia política, foi suficiente, porém, para favorecer em Portugal certa

permeabilidade a algumas componentes teóricas do liberalismo econômico. Neste período, os intelectuais e políticos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa esboçavam, por exemplo, uma ampla e heterogênea defesa de um novo papel para o Estado no governo da vida econômica: ao Estado caberia, entre outras coisas, promover a ação individual. A reflexão de Lourenço José dos Guimarães Moreira, sócio da academia, elucida o teor dessa defesa com as seguintes palavras:

*Não sei como entre nós se naturalizou o espírito da restrição e do constrangimento. Parece que todas as nossas providências económicas tinham até aqui por divisa estas palavras: obrigar e constranger. Os maus efeitos que daqui se têm seguido advertem que precisamos daquelas que tenham outra muito diferente. Dirigir, favorecer e, se necessário for, premiar, são quanto a mim as noções que devem ter parte em todos os nossos estatutos económicos, e que devem praticar os ministros encarregados de sua execução.*⁸

A especificidade do impacto dos princípios do liberalismo econômico em Portugal, quiçá privilegiando mais a prática do que a teoria, contribuiu para a formulação de novas formas de intervenção do Estado na vida material. Um dos meios idealizados pelos intelectuais próximos à Academia Real das Ciências de Lisboa para favorecer a iniciativa particular era o de oferecer, através da educação, as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Assim, publicações como livros técnico-científicos ganharam espaço. Basicamente, a ideia era inculcar na cabeça do maior número de pessoas possível a pertinência da ciência para a prática do seu trabalho cotidiano. O que representou uma apropriação, sobretudo, utilitarista das componentes teóricas do liberalismo econômico. Em Portugal, na defesa do agrarismo – versão mais atenuada, por assim dizer, da fisiocracia de François Quesnay – José Veríssimo Álvares da Silva, também sócio da academia, lançou, por exemplo, a seguinte reflexão:

*Em qualquer especulação se os conhecimentos teóricos se não ajuntam aos práticos, os resultados correm risco. Por isso a formação das novas fazendas deve ser dirigida por agricultores teórico-práticos. A teoria da agricultura sem a sua prática faz agricultores de gabinete, que pela maior parte formam simples sistemas aéreos, e escrevem coisas de que os práticos se riem: os simplesmente práticos são incapazes de reflexão pela tenacidade com que seguem as antigas rotinas, e todos os conhecimentos novos, ou os da antiga Grécia ou Roma renovados, são para eles inúteis.*⁹

⁸ Lourenço José dos Guimarães Moreira. *O espírito da Economia Política naturalizado em Portugal (...)*, 1781. Apud CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Estampa Editorial, 1989, p. 84.

⁹ José Veríssimo Álvares da Silva. *Projecto de uma companhia para reduzir os baldios a cultura*, s/d. Apud CARDOSO, José Luís. *ob. cit.*, 1989, p. 55.

A repercussão de todo esse processo no Brasil pode ser buscada, entre outros níveis, em dois aspectos: em primeiro lugar, na defesa do desenvolvimento agrícola do espaço colonial e, em segundo lugar, nos pressupostos cientificista e pragmático cristalizados nas páginas da coleção *O Fazendeiro do Brasil*. Tais livros representam, numa escala mais ampla, um episódio do reformismo ilustrado destinado aos domínios coloniais portugueses. Processo que, em seus traços gerais, foi marcado pelo progressivo abandono da ortodoxia mercantilista em detrimento de uma espécie de “mercantilismo ilustrado”, como defende Fernando A. Novais (NOVAIS, 1995: 224-225; 230; 239-240). Dessa maneira, torna-se compreensível o uso conjugado de leis e alvarás (de cariz mercantilista) e livros técnico-científicos (recurso de feição ilustrada) para o governo e orientação da vida econômica da colônia.

Nestes termos, os livros-técnico científicos, cuja principal função era difundir conhecimentos práticos para uma ampla audiência, para além da expressão de uma esfera cultural agitada pela disseminação de princípios ilustrados, também podem ser considerados como um meio – ou pelo menos a tentativa – de se desenvolver um novo expediente institucional de intervenção na realidade produtiva do Brasil colonial. O uso pragmático do conhecimento científico, dessa forma, adquire novo significado, posto que inserido no interior do processo de formulação de um pensamento diretivo – aqui entendido como uma formulação mais próxima da realidade, oferecendo uma diretriz para a ação, isto é, voltada para orientar a prática – que funcionava como mais um meio de ingerência do Estado na economia. Investia-se na formação do fazendeiro brasileiro para que este tivesse plenas condições para tratar de seus interesses particulares, o que promoveria, em última instância, a prosperidade pública. Assim, para frei Mariano Veloso, se ao Estado cabia oferecer os meios, aos fazendeiros caberia efetivar a sua aplicação:

Independente porém dos juízos posteriores, que elles, ao depois de huma constante práctica, devem fazer do merecimento destas Memorias, ou da bondade dos meios, que ellas lhes darão para o adiantamento, e melhoramento das suas prácticas ruraes, os quaes só a elles plantadores, e fabricantes podem competir, não tenho dúvida que hajaõ de ser favoráveis, como mostraõ os factos das Nações vizinhas, summamente superiores a Nós nas suas exportações. (VELOSO, 1798: IV-V)

Fazia-se uma aposta na iniciativa particular. Porém, sugerir aos fazendeiros brasileiros as melhores técnicas para o aperfeiçoamento de suas práticas produtivas não seria uma tarefa simples. E de fato não o foi. As mudanças propostas pelo reformismo ilustrado, no que diz respeito ao aprimoramento da realidade produtiva colonial, chocavam-se com séculos de um

uso imediatista, pródigo e, portanto, predatório dos recursos naturais do Brasil. A inércia dos agricultores, há séculos inseridos numa determinada lógica de exploração, foi, sem dúvidas, um dos maiores desafios enfrentados pelos livros do frei Mariano Veloso. E certamente colaborou para a sua discreta atuação no Brasil. Dificilmente tais livros encontrariam um cenário mais favorável se considerado o fato de que esse uso inconsequente da terra foi um dos principais aspectos da exploração colonial mercantilista. Como defende Caio Prado Júnior, a mudança de hábito dos agricultores se daria efetivamente num esforço conjugado com profundas reformas da própria lógica de exploração da colônia:

Mas o que nos cabe concluir aqui é que o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias, e as consequências que teria, não se devem atribuir unicamente à incapacidade do colono. Em muitos casos, nos mais importantes mesmo, ele não podia fazer melhor. Poderia, é certo, acompanhar os seus concorrentes de outras colônias, atingir o seu padrão bastante superior. Mas seria pouco ainda. O mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor. E com esta consideração, se de um lado desculpamos a colonização, doutro a carregamos muito mais. Porque o problema se torna muito mais difícil. Se não é simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigirá reformas profundas, econômicas e quiçá sociais. (PRADO JÚNIOR, 2008: 139-140)

Todavia, se os livros técnico-científicos, enquanto instrumentos de intervenção do poder metropolitano na esfera material da colônia, não alcançaram o êxito esperado, o mesmo não pode ser dito da ampla política reformista que lhes deu sentido. Sobre este assunto, Caio Prado Júnior, ao analisar o intervalo de tempo que classificou como “apogeu da colônia”, 1770 a 1808, assevera que “o desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo” (PRADO JÚNIOR, 2011: 87). O incentivo ao desenvolvimento da agricultura do Brasil colheu bons frutos, pelo menos no que diz respeito à diversificação da produção. É o que demonstra o significativo crescimento do movimento global das exportações no período que vai de 1796 a 1807. Como demonstra José Jobson A. Arruda, houve uma diversificação da produção agrícola neste período. A pauta de produtos exportados pela colônia saltou de 35, em meados do século XVIII, para 125 produtos no final da centúria (ARRUDA, 1980: 612-621). Quanto à natureza e a amplitude desta política de reformas, o autor defende que neste processo o Brasil era, grosso modo, convertido em fornecedor de matérias-primas para as manufaturas portuguesas que, por sua vez, encontravam nele o imprescindível estímulo econômico de um mercado exclusivo para seus produtos. Uma mudança qualitativa das relações coloniais, a qual José

Jobson de A. Arruda denomina como: *novo padrão de colonização do século XVIII*. A política de fomento das manufaturas foi uma “mudança estrutural que operava em Portugal e que dependia, tragicamente, da preservação do espaço colonial.” (ARRUDA, 2000: 66-79).

À guisa de conclusão, no que diz respeito aos livros da coleção *O Fazendeiro do Brasil*, defendemos a necessidade de compreendê-los em circunstanciamentos mais gerais. Pois uma aproximação equilibrada de seu significado histórico será possível apenas por meio de uma análise que privilegie a correlação das diversas esferas da existência histórica em seus variados níveis de estruturação. Nestes termos, a obra do frei Mariano Veloso pode ser concebida enquanto expressão ilustrada de um amplo projeto político-econômico, implementado pelo poder metropolitano, cujo objetivo primacial era aprimorar e diversificar a agricultura do Brasil. Desenvolvimento este, que alimentaria mudanças significativas nas estruturas do sistema colonial, uma vez que de seu êxito dependia o surto manufatureiro de Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX. Na esperança de viabilizar a prática de um renovado padrão de relações, o governo metropolitano propôs formas renovadas de intervenção na esfera econômica colonial. Se de um lado manteve as imposições do exclusivo comercial e proibiu, em 1785, o desenvolvimento de manufaturas na colônia, de outro, testou um novo caminho: a promoção da ação individual de seus agricultores, sugerindo-lhes através de livros as melhores formas para o êxito de sua produção. Portanto, em última instância, o que estava em jogo era o reajuste das formas de assimilação dos estímulos da exploração colonial. Por fim, situando a obra *O Fazendeiro do Brasil* no interior dos processos político e econômico que lhes deram sentido, incorre-se menos no risco de celebrar ou elogiar excessivamente seus traços de modernidade, provenientes de uma racionalidade ilustrada que ressaltava o papel do homem enquanto protagonista de seu meio. Visto que esta racionalidade, cristalizada em suas páginas, atendeu, em última instância, aos desígnios do processo de aperfeiçoamento dos mecanismos da exploração econômica da colônia, que, por sua vez, era baseada na mão-de-obra escrava.

Bibliografia.

- ARRUDA, José Jobson de A. *Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*. São Paulo: Revista USP, 46, 2000;
- _____. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980;
- _____. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014;
- BECKER, Carl. *La ciudad de Dios del siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943;
- BRIGOLA, João Carlos; NUNES, Maria de Fátima. *José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – Um frade no Universo da Natureza* In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.). *A Casa Literária do Arco do*

- Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999;
- BOSCHI, Caio C.. *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal: Roteiro sumário*. São Paulo: Alameda, 2011;
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Estampa Editorial, 1989;
- _____. (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001;
- CASSIRER, Ernst. *La Filosofía de la Ilustración*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013;
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Notícia histórica da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976;
- DARNTON, Robert. BOTTMAN, Denise (Trad.). *O Beijo de Lamourette Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, Edição de Bolso, 2010;
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole*. São Paulo: Alameda, 2005;
- DOMINGOS, Manuela D.. *Mecenato Político e Economia da Edição nas Oficinas do Arco do Cego* In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999;
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Problemática Ibérica*. In: *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993, 2ª Edição (1ª edição, 1982);
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Edição, 2001;
- GAMA, José de Saldanha. *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Velloso*. RIHGB. t. XXXI, parte 2ª, 1868;
- HESPANHA, António Manuel. *As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna*. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc, 2001
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; VALE, Renata William Santos do. (Orgs.). *Temas Luso-Brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010;
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957;
- _____. (dir.) *Explorações científicas; Letras Artes e Ciências*. In. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Vol. II. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.
- KURI, Lorelai B.. *O naturalista Veloso*. In. *Revista de História da USP*, nº 172. São Paulo, jan-jun de 2015, pp. 243-247.
- LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. *Um Breve Itinerário Editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia* In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999;
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC e Editora Universidade de Brasília, 2009;
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 8ª Edição, 1995;
- _____.; SILVA, Rogério F. da. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011;
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, UNICAMP, Instituto de Geociências, 2006;
- PEDREIRA, Jorge Miguel (dir.). *José Joaquim de Azeredo Coutinho Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colônias 1794*. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008;
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011;
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008;
- SCHWARCS, Lilia Moritz (Org.). *A longa viagem da Biblioteca dos Reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Edição, 2ª Reimpressão, 2002;
- SERRÃO, José Vicente (Dir.). *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças. 1770-1804*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994;
- SILVA, André Mansuy Diniz (Dir.). *Textos políticos, económicos e financeiros 1783-1811*, Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993;
- SUBTIL, José. *Os poderes do Centro. Governo e administração*. In. MATTOSO, José (dir.). *História da Portugal*. 4º Volume. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998;

- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000;
- VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador [...] T. I, Parte I*, Lisboa, Na Régia Officina Typográfica, 1798;
- _____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador [...] T. II, Parte II*, Lisboa, Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1800;
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos dos livros na América Portuguesa*. São Paulo: Tese de Doutorado da FFLCH-USP, 1999.